



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 9 de maio de 2013

JORNAL DO COMMERCIO Editorial	1
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Coerência	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Mais 30 empresas com gás natural	5
ECONOMIA	
A CRITICA CAPA	6
A CRITICA NOVAS-VELHAS LIÇÕES DE CAS	7
OPINIÃO	
A CRITICA sim & não	8
OPINIÃO	
A CRITICA Reação 'contudente'	9
ECONOMIA	
A CRITICA Sony fabricará console no PIM	10
ECONOMIA	
A CRITICA Resolução 13 sem consenso no Confaz	11
ECONOMIA	
A CRITICA Gás para mais 30 no PIM	12
ECONOMIA	
A CRITICA PROTECIONISMO	13
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro	14
OPINIÃO	
MASKATE CAPA	15
MASKATE Fala Sério	16
OPINIÃO	
MASKATE Fala Sério (continuação)	17
OPINIÃO	
MASKATE Dilma fica acuada com apoio a Zona Franca	18
MASKATE Dilma fica acuada com apoio a Zona Franca (continuação)	19
MASKATE Maués adere à proposta de Nicolau	20
POLITICA	

MASKATE Maués adere à proposta de Nicolau (continuação) POLITICA	21
MASKATE Thomas Nogueira dinamiza ZFM	22
MASKATE Thomas Nogueira dinamiza ZFM (continuação)	23
MASKATE Desemprego atinge 73,4 milhões de jovens no mundo	24
MASKATE Desemprego atinge 73,4 milhões de jovens no mundo (continuação)	25

Editorial

Um perigo real e iminente

O Polo Industrial de Manaus faturou, em 2012, cerca de R\$ 74 bilhões de reais e gera cerca de 120 mil empregos diretos. Foram recolhidos aos cofres públicos R\$ 11 bilhões em tributos federais, o que corresponde a 44,2% do arrecadado na região Norte, excetuando-se Tocantins.

Apesar de toda essa pujância, a produção do PIM representa apenas 1,6% do PIB Nacional, o que coloca o Amazonas na 14^o posição na produção industrial do país.

Por isso mesmo é preciso avançar no desenvolvimento do Estado. Nesse momento a educação surge como mola mestra, já que o mundo

é dominado pelo conhecimento.

Investir nas universidades e no funcionamento de Centros de Pesquisas e Inovação como o CBA, bem como criar novas Instituições de Ensino e Pesquisas é fundamental.

Entre as desigualdades que reclamamos para justificar a presença de

uma Zona Franca está a forma como sempre fomos tratados na questão educacional. Aqui existe uma única universidade federal, enquanto o Ceará tem 3, o Pará 4 e a Bahia, 6.

Investimentos na formação de profissionais poderiam dar nova dinâmica ao PIM, mantendo as atuais empre-

sas no que for possível, mas desenvolvendo, por exemplo, a bioindústria.

O momento exige a tomada de decisão com dois caminhos possíveis: focar apenas nas sucessivas prorrogações do modelo de desenvolvimento ou buscarmos respostas definitivas para fazer as transformações necessárias.

Frente & Perfil

Recuo

A Folha de S. Paulo de ontem apostava que o governo federal pode abrir mão da votação do projeto de resolução e deixar tudo como está, no que diz respeito à cobrança do ICMS nas transações interestaduais. Se isso acontecer, a guerra fiscal vai estar de volta com mais fôlego e as batalhas vão sair do Congresso e passar para o Supremo Tribunal Federal. A fonte do jornal paulista seria o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Presença

Se não fosse pelas fotos, pouca gente teria percebido a presença dos deputados Wanderley Dallas (PMDB) e Arthur Bisneto (PSDB) na comitiva que foi a Brasília na terça-feira, acompanhar a votação da Comissão de Assuntos Econômicos. Pois os dois estavam lá, representando oficialmente a Assembleia Legislativa. José Ricardo (PT) também bateu ponto no Senado, mas para acompanhar a comitiva do partido que tentou, em vão, dobrar o senador Eduardo Suplicy, autor do destaque que prejudicava o Amazonas.

Reclamação

Aliás, o vereador Marcel Alexandre (PMDB) reclamou ontem, da tribuna, desta atuação de Suplicy e também atacou os senadores do PSDB, que votaram contra o Amazonas. Na descida, foi parado pelo

Eduardo Braga prevê tempo quente

O senador **Eduardo Braga** (PMDB) amanheceu estranhamente preocupado ontem, depois da vitória na véspera, na Comissão de Assuntos Econômicos. Questionado sobre o semblante fechado, ele disse que tinha acabado de conferir a repercussão da votação na mídia e conversara com alguns colegas do Sul e Sudeste para sentir a "temperatura" deles depois da derrota. Percebeu que eles não se entregaram e vão reagir para reverter o resultado no plenário. Daí a preocupação. A grande imprensa –veículos que têm circulação e influência nacional –nunca esteve tão aberta aos antagonistas da Zona Franca de Manaus e isso complica ainda mais a vida dos parlamentares amazonenses. Braga lembra que, além do projeto de resolução do ICMS, o Estado terá ainda que enfrentar a batalha da prorrogação.



Fotos: Divulgação

de lei que propõe reserva de 5% das vagas para pessoas idosas nos concursos públicos no Estado, com base no artigo 230 da Constituição Federal onde se lê: "a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida".

Sem negócio

O empresário Guttemberg Alencar, ex-capitão da PM e ex-secretário particular do ex-governador Amazonino Mendes, negou ontem que esteja negociando a compra do jornal Amazonas em Tempo, como foi fartamente comentado ao longo do dia. Atualmente atuando no ramo de olarias e concretagem, ele administrou, por três anos, a rede que o veículo integra, formada ainda pela TV e pela rádio Em Tempo.

Fogueira

Funcionários do Detran-AM saíram esta semana em defesa do diretor-presidente do órgão, Leonel Feitoza, que estava sendo atacado por ex-ocupantes de cargos de confiança, afastados por ele. A maioria dos servidores apóia as mudanças que ele promoveu nos setores e acusa detratores de terem se beneficiado durante mais de uma década e se considerarem "donos" dos melhores postos.

colega Waldemir José (PT), que reclamou do discurso. "Temos que ser justos. Os tucanos são nossos adversários, mas os senadores do seu partido também entraram na trincheira e isso não pode ser omitido", disse o apóstolo, que deixou o colega de orelha em pé.

Senador-prefeito

Os vereadores que compõem a base do prefeito Arthur Neto foram à tribuna e destacaram a presença dele na votação. Alguns chegaram a chamá-lo de "senador-prefeito", numa alusão ao mandato que ele exerceu por oito anos e até hoje é reclamado na Justiça Eleitoral, depois da derrota de 2010.

Estaleiro

O maior especialista em Zona Franca da Câmara está fora de combate. O vereador Masami Miki (PSL) sofreu um princípio de acidente vascular cerebral na segunda-feira (6), e está internado no Prontocord. Ele tem trânsito livre em várias empresas do Polo Industrial, principalmente as de origem japonesa, e já exerceu cargo técnico na Suframa. Seu estado de saúde é considerado estável, mas ele deve passar pelo menos 30 dias se recuperando.

Apareceu

O leitor deve se lembrar que, na década de 90, surgiu na

Assembleia Legislativa do Estado uma história folclórica, que considerava o assessor legislativo Elionai Biela como "o décimo-quinto deputado". Duas décadas depois, algumas eleições perdidas e o envolvimento na Operação Albatroz, por conta da assessoria que prestava ao então deputado Antonio Cordeiro, ele está de volta, como diretor do Centro de Cooperação Técnica para o Interior, da Assembleia Legislativa do Amazonas.

Projeto

Esta semana Biela reuniu representantes dos órgãos identificados como possíveis parceiros no projeto "Assembleia

Cidadã de Inclusão Social" para tentar firmar parcerias com órgãos que prestam serviços básicos à população. Entre os presentes estavam representantes da Ouvidoria Geral do Estado, da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado, da Defensoria Pública do Estado, da Controladoria Geral do Estado, do Instituto Nacional de Seguro Social, da Associação Amazonense dos Municípios e da Escola do Legislativo

Mais um

Outro capítulo da tentativa de estabelecer privilégios: a deputada Conceição Sampaio (PP) apresentou ontem projeto

Coerência

"Amazonas tem que parar de ficar com o pires nas mãos"

O vereador Samuel da Costa (PPS), declarou ontem que o Amazonas precisa criar alternativas de desenvolvimento econômico para não depender exclusivamente da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Samuel se referiu a votação de terça-feira (7) no Senado Federal que discutiu a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação Serviços (ICMS) nos Estados brasileiros.

"Nós temos um grande problema: ficar sempre com o pires nas mãos, sempre protegendo aquela vela que pode apagar. Com 46 anos, a ZFM continua sendo a única alternativa econômica de sobrevivência do Estado. Nossa economia depende 98% das fábricas do Polo Industrial. Isso é muito preocupante", disse o vereador.

Para Samuel, o Poder Público precisa analisar as potencialidades dos municípios do interior do Amazonas como uma forma de desenvolver o Estado.

"É lamentável que depois de tanto tempo, nós ainda não tenhamos conseguido outra opção de desenvolvimento viável. Temos o turismo, a agricultura, a pecuária, o minério. Tantas riquezas que podem ser utilizadas de forma sustentável, mas não há investimentos", disse.

Ele alertou os governantes a pensarem em propostas menos imediatistas e mais futuristas. Segundo o parlamentar, até hoje não foram apresentados projetos que possam servir como parâmetro de desenvolvimento para a capital e interior do Estado.

"Observo que pegamos dinheiro e só estouramos sem pensar no futuro dependendo sempre da Zona Franca. Isso precisa acabar. É como um filho que temos e não ensinamos a andar com as próprias pernas. Assim é o Amazonas com seu modelo econômico. Farei o que puder para mudar esse cenário, mas essa mudança precisa ter o apoio de todos", concluiu o vereador.

Follow-Up



Mobilização e vigilância

A euforia que tomou conta da comitiva amazonense e respectivos apoiadores - nesta terça-feira de debate e votação das questões da alíquota do ICMS - não autoriza baixar as armas e dispersar a mobilização. Muito pelo contrário. A vitória obtida nesta terça-feira foi por um placar apertado e deixou os senadores da bancada de oposição à Zona Franca de Manaus, articulados e irrequietos para a próxima contenda em Plenário. Dizem a Física e a Dialética: a toda ação corresponde uma reação e já contém em si seu contrário, no mínimo de igual intensidade e teor. Se fomos competentes em articular, ainda não fomos muito hábeis em vencer e fazer o país entender a relevância e o alcance deste projeto econômico, ambiental e social aqui implantado há quase meio século.

Desafio da competitividade

No conjunto das argumentações de defesa do modelo ZFM, buscamos deixar claro

os enigmas e distinções da renúncia fiscal, tanto do modelo industrial cravado na floresta, como nas demais áreas desenvolvidas do país, objetos prioritários das benesses tributárias, reforçadas com verbas generosas do BNDES para projetos de infraestrutura. Aqui o benefício é apenas concedido quando as empresas passam a produzir e inserir seus itens no mercado. E aqui cabe uma observação: na rotina de operar no meio da floresta, a grande valia dos incentivos fiscais não está restrita exclusivamente à produção e sim na competência da gestão, da produtividade - fazer mais com menos e com maior qualidade - premissa da competitividade que os empreendimentos buscam no dia a dia, seja travando batalhas incessantes com os importados, maior parte deles de origem chinesa, seja com o contrabando facilitado e a falsificação tolerada. Daí a convicção de que apenas incentivos fiscais não bastam para que sejamos competitivos.

Contrapartidas

Cabe, aqui, o mea culpa de não saber comunicar à nação os percalços da rotina de processos industriais com infraestrutura adversa. De não saber responder com veemência que os empreendimentos aqui instalados pouco ou nada deixam para a região. Considerando o efetivo desempenho no quesito emprego e renda o fato de 5,7% do faturamento industrial ser destinado a salários deveria ser considerado testamento de

**Toda ação
corresponde a uma
reação e já contém
em si seu contrário,
no mínimo de igual
intensidade e teor**

competitividade e sustentabilidade, e não o contrário. A média salarial de 90% do total de empregados no Polo Industrial é de R\$ 1.732,42 o que equivale a 2,56 salários mínimos. No conjunto geral da contrapartida, os repasses das empresas representaram 16,93% de carga tributária adicional ao ICMS, que alcançou mais de R\$ 1,12 bilhão em 2012, posto que o Estado do Amazonas condiciona a fruição dos incentivos fiscais do ICMS a contrapartidas de altíssima relevância e impacto

econômico e social. São formados três importantes fundos, fazendo que a atividade industrial seja geradora da própria evolução da economia amazônica. Uma das contrapartidas mais relevantes da Zona Franca é a contribuição para a Universidade do Estado do Amazonas - UEA, mantida totalmente com os recursos oriundos dessa contribuição. Única instituição de ensino superior presente na totalidade dos municípios de seu estado, no caso, 62 municípios amazonenses. A Universidade é vetor fundamental na formação do capital humano, gerando oportunidades a quem de outra forma não teria acesso a instrução superior. Ademais, as contribuições para o fortalecimento da indústria do Turismo e Interiorização do Desenvolvimento, bem como para o fomento das pequenas e médias empresas de cadeias produtivas regionais.

Fator eleitoral

É importante ponderar ainda, para conter a euforia, que os avanços e retrocessos das medidas políticas têm a componente eleitoral. A mídia nacional analisou a derrota do Sul e Sudeste na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, arquivando emenda do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e favorece a manutenção dos benefícios para Zona Franca de Manaus, do ponto de vista eleitoral, deixou o Governo desconfortável. Isso

significa que manter ou inserir qualquer outra medida que possa indispor o governo com Norte, Nordeste e Centro-Oeste, vitais para a reeleição da presidente, terá novos riscos. Por isso, é preciso considerar que a decisão final do impasse, se houver, deve ocorrer depois das eleições de 2014.

O PIM, o clima e a floresta

Com a autoridade de ter recebido o Prêmio Nobel da Paz, dividido com o norte americano Al Gore, em 2007, por sua contribuição aos estudos do clima do Planeta, através do International Panel Climate Change (IPCC), o pesquisador do INPA, Niro Higuchi, tem aprofundado pesquisas sobre o Polo Industrial de Manaus (PIM) e seu decisivo papel na proteção das florestas do Amazonas. Esta função vital do projeto Zona Franca precisa ser retomada e transformada em conhecimento e fator de resiliência. Na Amazônia Legal, até 2010 a porcentagem média de floresta remanescente em cada estado era de 83% ± 9 (IC 95%). O Amazonas é o estado da Amazônia com a maior taxa de cobertura florestal,

que é igual a 97,7%. Do ponto de vista absoluto, o desmatamento na Amazônia acumulado até 2010 atingiu uma área de 748.243 km² (74,8 milhões de hectares); ou seja, três vezes a área do estado de São Paulo. É importante anotar que a Amazônia Legal representa 59,7% do território brasileiro. No entanto, a densidade demográfica e a contribuição da região à formação do PIB nacional não mantem a mesma proporcionalidade. Em 2010, a Amazônia Legal contribuiu com 13,3% e 8,13%, respectivamente, da população e PIB brasileiro. Para uma região que cobre quase 60% do território nacional, a participação na formação do PIB poderia ser maior tendo em vista a grande área desmatada para o agronegócio. O Amazonas tem o segundo maior PIB da região, 30% menor do que o maior, que é o do Pará. Quanto ao PIB per capita, o do Amazonas é o segundo da região sendo 12% menor que o primeiro, que é o de Mato Grosso. A que custo? Os estados do Pará e Mato Grosso tinham em 2010 áreas desmatadas 5,8 e 5,5 vezes, respectivamente, maiores do que a do Amazonas.

Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do Centro da Indústria do Estado do Amazonas. Nesta edição contou com a colaboração de Alfredo MR Lopes. ciemam@ciemam.com.br

Mais 30 empresas com gás natural

Cigás prepara ampliação da linha de tubulação para levar gás natural a novas empresas no polo amazense

A Companhia de Gás do Amazonas (Cigás) vai dar a largada para uma nova fase de expansão da rede de distribuição de gás natural (GN) para atender a 30 empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM). Cerca de 28 quilômetros de novas tubulações serão construídos partindo do ramal do Mauá, na avenida Solimões, no bairro do Mauzinho, zona Leste, para atendimento das fábricas até junho de 2014.

O setor industrial é a principal prioridade dentro do plano estratégico de expansão da Cigás para os próximos cinco anos. Com investimentos anuais em torno de R\$ 40 milhões, a meta é pelo menos dobrar o volume distribuído e se tornar a quarta maior companhia de gás em volume de vendas no país. "Estamos buscando consolidar nossa presença no setor industrial. Para o varejo, por exemplo, o gás não é viável porque exige um investimento alto e o retorno é baixo. Sem contar que nem para as próprias lojas é uma vantagem", frisou o presidente da Cigás, Lino Chixaro.

No setor energético da capital, a Companhia tem presença forte e alcança 60% do mercado de geração de eletricidade, fornecendo 2,8 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia para abastecer sete usinas térmicas. Aplicado na mudança da matriz energética, o gás natural é um combustível mais econômico, com redução de custos de 40%, em média.

A tabela de preços do GN para a indústria foi estabelecida em janeiro de 2010 e varia conforme a faixa de consumo. O preço do metro cúbico vai de R\$ 1,24 a R\$ 1,74, já incluindo impostos. A tarifa do GNV é de

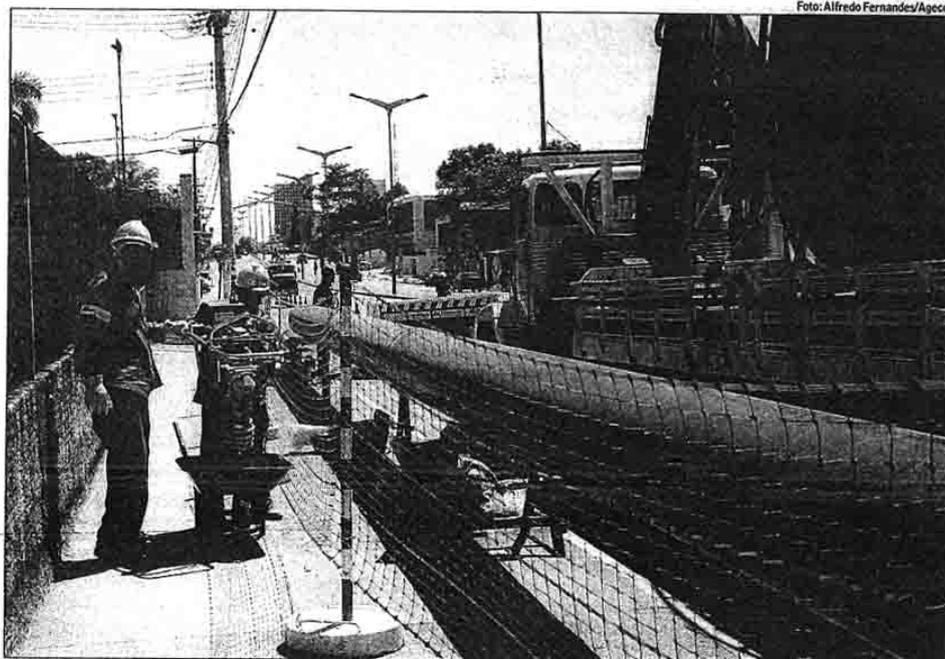


Foto: Alfredo Fernandes/Agcom

Ampliação da rede de tubulação em 28 quilômetros vai permitir a ampliação do serviço em Manaus

R\$ 1,24, somando os impostos, com pagamento a vista.

Dez empresas do PIM são atendidas, com fornecimento diário de 80 mil metros cúbicos de gás. Nos últimos meses, sete empresas selaram acordo para integrar a rede de consumidores. A prospecção de novas empresas segue o traçado dos dutos da Cigás. "O gás é um insumo bem mais barato em relação aos outros combustíveis fósseis, além do apelo ambiental. Em um polo industrial, é importante porque reduz custos e ajuda a aumen-

tar a competitividade das empresas", pontuou o presidente da Cigás, ressaltando que para levar o produto às empresas, a Cigás arca com todos os custos do investimento.

Volume anual

A rede de tubulações do gasoduto é de 48 quilômetros e compreende as avenidas Torquato Tapajós, Constantino Nery, Coronel Teixeira, Jacira Reis, além da BR-174 e da AM-010. A comercialização anual alcançou ano passado um volume médio de 2,8 milhões de m³/dia.

Em 2012, a ampliação da rede beneficiou sete novos clientes, entre fábricas de bebidas e eletroeletrônico. No mesmo período, a Cigás também ampliou a base de fornecimento do Gás Natural Veicular (GNV) para um novo posto de combustível na avenida Torquato Tapajós, um novo Shopping Center na Ponta Negra, zona Oeste de Manaus, e uma empresa de Gás Natural Comprimido (GNC).

Segundo Lino Chixaro, a partir de 2013, um dos focos da Cigás é alcançar os grandes condomínios da cidade. "Para

isso, é preciso haver mudanças na legislação, no plano diretor", disse.

Gás Natural Veicular

Para aumentar o número de consumidores do GNV, a Cigás está trabalhando na reestruturação do fornecimento do produto nos postos de combustível de Manaus e está finalizando negociações para incorporar mais dois postos de combustíveis à rede de abastecimento dos veículos.

"Estamos em contato com duas redes de postos e traba-

lhando paralelamente. Temos que chegar até o final do ano com seis postos fornecendo gás natural, o que vai tornar o produto mais acessível. Vamos inaugurar no próximo mês o posto na estrada do aeroporto e, até o final do ano, um na zona Leste da cidade. O gás obedece às regras de mercado. A gente induz, mas não adianta muito ter postos se não tem carros", ressaltou Chixaro.

Em Manaus, o GNV é fornecido em dois postos, um na zona Sul (Bola da Suframa) e na zona Centro-Sul (avenida Constantino Nery). A rede será acrescida dos postos na entrada do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes e outro na avenida Torquato Tapajós. Para aumentar o consumo do produto, a companhia planeja o lançamento de uma campanha de incentivo à conversão para usar o gás, ressaltando as vantagens econômicas e a segurança.

"Atualmente não só os taxistas, mas qualquer motorista que tenha seu carro convertido pode fazer uso do GNV. Os custos para a conversão já caíram de R\$ 5 mil para cerca de R\$ 3 mil, e vai baratear ainda mais quando os novos postos forem inaugurados", reforçou o presidente da Cigás.

Em paralelo, a companhia negocia com a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) a criação de um programa de incentivos para o uso do produto pelos motoristas, com a concessão de descontos no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotivos (IPVA) ou isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na aquisição dos equipamentos de conversão.

CAPA

sim&não
Vitória da
ZFM causa
reação de
opositores

Ministra Ideli Salvatti disse ontem que Governo pode desistir do projeto. **PÁGINAS A4 E A9**

NOVAS-VELHAS LIÇÕES DE CAS

O confronto entre os Estados brasileiros, batizado de guerra fiscal, e representado esses dias no Congresso Nacional possibilita formular vários cenários e insiste em distribuir lições que vêm sendo ignoradas pelos parlamentares e os governos e, particularmente, pelos poderes instituídos do Amazonas. O que se viu e ouvir dos senadores, há dois dias, como preâmbulo da votação do projeto de resolução 1/2013 que reduz gradativamente as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos Estados, é um recado duro para os amazonenses fazerem o dever de casa. Sustentar a excepcionalidade de parte da região vem

se tornando cada vez mais difícil, principalmente quando essa condição não se traduz em efetivas melhorias para os povos da Amazônia Ocidental que deveriam ser, concretamente, beneficiados pelo projeto Zona Franca de Manaus (ZFM). Os indicadores socioeconômico e cultural do Amazonas – a unidade da federal que abriga essa agência de desenvolvimento – são precários quando comparados com os de outros Estados. Em alguns casos, são mesmo inaceitáveis. Aos governos, aos parlamentares e ao judiciário fica a pergunta: O que estão fazendo?

A ZFM tem obrigação de ser um caso de sucesso, de livrar-se determinadamente dos escândalos que são

em parte responsáveis pela péssima imagem construída em outras praças a respeito do modelo; e tem que ser conhecida nesses outros lugares como um mecanismo de proteção, de compatibilização do desenvolvimento com o meio ambiente e de segurança regional. O Senado mostrou desconhecimento a respeito da ZFM embora sobre ela tenha que frequentemente tomar decisões. Não é diferente na Câmara dos Deputados. É dever da bancada do Amazonas realizar a política do diálogo e da divulgação bem feita nos tempos de bonança, não apenas adotar a posição de bombeiros quando há sinal de fogo. Há uma ameaça de que a água capaz de combater os focos do incêndio possa não ser

suficiente.

A guerra fiscal, evidente, não será encerrada por essa proposta a ser votada no plenário do Senado. Tende a ser agudizada. E esse quadro de tensão exige dos representantes do Amazonas olhar com mais atenção o que está acontecendo, ler com a devida atenção as informações, estabelecer intervenções qualificadas e estratégicas para enfrentar o afunilamento que está sendo erguido. De outro lado, devem reconhecer o papel do Governo Federal ainda favorável à excepcionalidade do modelo para tomar decisões que retirem progressivamente o Amazonas de um grau de vulnerabilidade muito alto.

sim & não

Ressaca da 'vitória' com dor de cabeça

A ressaca da festa que o Amazonas fez na terça-feira para comemorar a 'vitória' da Zona Franca de Manaus na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, na reforma do ICMS, chegou ontem com muita dor de cabeça. Começou o dia com a aprovação na CAE não agradou o Governo e encerrou com a declaração da ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, admitindo que o Planalto poderá desistir do projeto.

Confusão No início da noite, em Brasília, sem a euforia da terça-feira, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) adotou um tom de cautela para falar do assunto, mas reconheceu que "a confusão está armada", embora diga depois que o assunto poderá ser contornado.

MP O contorno ao bombardeio do Sudeste contra a decisão da CAE que beneficia o AM pode sair da reunião da Comissão Mista do Congresso que analisa a MP 599, que trata de compensações aos Estados que terão perdas com a reforma do ICMS. A reunião ocorrerá hoje.

Persuasão Os aliados do Planalto no AM atribuíram ao governador do Ceará, Cid Gomes, parte dos argumentos que fizeram Ideli cogitar a

retirada do projeto do Senado. Isso porque, na terça-feira, ele teria conversado longamente com a ministra a respeito da reforma.

Interesses O Valor Econômico publicou entrevista com Cid Gomes em que ele diz que na segunda e terça-feira falou três vezes com o governador de PE, Eduardo Campos (PSB). O jornal o indaga sobre o quê e ele: "Interesses comuns".

Frankenstein Na mesma entrevista, Cid critica a reforma do ICMS: "Há toda uma pauta federativa que está em discussão no Senado, como a unificação do ICMS, que está saindo um Frankenstein".

Sem valor Ao repercutir ontem a aprovação da reforma

do ICMS, na CAE, o vereador Rozenha (PMDB) deixou escapar o que pensa sobre a classe política: "A ZFM foi executada por políticos, mas foi pensada por homens de valor".

Estranho Irritado com o líder do PT na CMM, Waldemir José, que acusou o governador Eduardo Campos de orientar voto contra a ZFM, o líder socialista na Casa, Marcelo Serafim, reagiu: "Estranho é o deputado Francisco Praciano (PT) não ter ido para Brasília".

Dísfarce Do vereador Marcel Alexandre (PMDB) sobre a pressão que o PSDB faz contra a ZFM: "Eles não fazem nem questão de disfarçar que são contra a Zona Franca".

Almofadinha O deputado

Sinéio Campos (PT) chamou ontem, na tribuna da ALE-AM, seu colega de partido, o senador Eduardo Suplicy (SP), autor da emenda que ameaçava a ZFM, de "rapazinho almofadinha". "No mínimo, era para ele ter ficado calado, que já estaria ajudando o Amazonas".

Sem meta O vereador Waldemir José disse que a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município chegou à Câmara sem metas e sem prioridades. "É mais um gesto de autoritarismo do prefeito".

Buraco Do senador Ivo Cassol (PP-RO) sobre a BR-364 que interliga RO e AM: "Onde havia três buracos só há um. Ficaram tão grandes que uma panela só cobre os três buracos que havia antes".

PINGA FOGO

✘ O novo presidente da Associação Amazonense de Municípios, o prefeito de Boca do Acre, Iran Lima, fez esta semana sua primeira incursão como dirigente da entidade. Foi a MG ao encontro de prefeitos do Estado, onde até almoçou com o governador Antonio Anastasia (PSDB).

✘ Sobre nota de ontem da coluna, o presidente de honra do PSB, Serafim Corrêa, explicou que o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) não votou contra nem a favor da ZFM. Na hora, ele estava ausente da comissão, explicou Serafim.

✘ O vereador Álvaro Campeolo (PP) considerou grave o fato do Centro ter poucos banheiros e informou que fará indicação à PMM para que novos pontos sejam instalados na cidade.

Reação 'contudente'

Secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, demonstrou insatisfação com o relatório aprovado na CAE

ADAN GARANTIZADO
adan@acritica.com.br

A votação dos destaques do projeto de resolução 01/2013, que aconteceu anteontem na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), continua dando o que falar.

A polêmica da vez se construiu em torno do comentário do secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, que logo após a votação, declarou não concordar com algumas das mudanças ao projeto original aprovadas pelos senadores.

Nelson teria inclusive ameaçado retirar dinheiro do fundo que financiaria das estaduais com a unificação do ICMS como forma de pressionar o Senado a reavaliar os pontos em plenário.

O "ponto da discórdia" diz respeito a decisão da CAE de estender a alíquota interestadual de 7% do ICMS às operações de comércio e de serviço provenientes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Governo Federal havia proposto que essa alíquota só valesse para os produtos industriais originários dessas três regiões. "Foi uma ampliação além do que a gente tinha concordado. O Senado é soberano para fazer a sua avaliação, como nós também somos para colocar os recursos nos dois fun-

Saiba mais

>> Média salarial

A média salarial do Pólo Industrial de Manaus também era um dos pontos mais criticados da ZFM. Segundo a nota técnica, atualmente, um trabalhador do PIM recebe em média R\$ 1.742, o que corresponde a 2,56 salários mínimos. O impacto ambiental e econômico do PIM, que garante a preservação de 98% da floresta amazônica foi outro ponto destacado no documento.

dos da reforma", criticou o secretário executivo.

Na manhã de ontem, a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, disse que a reação da Fazenda é contudente. Ela se mostrou reticente quanto ao futuro da resolução 01/2013. "A resolução, sem a criação dos fundos, não tem eficácia. Você só pode ter a mexida nas alíquotas se você tiver os fundos de compensação", explicou a ministra.

Jornais do Sudeste do País, insistiram na tese de que o Governo Federal também pode derrubar a diferenciação da alíquota de 12% de ICMS



Nelson Barbosa não gostou da inclusão de itens que não estavam na proposta original, com a alíquota de 7% de ICMS

blog

Ideli Salvatti Ministra das relações institucionais

"Se as mudanças forem tantas a proposta vai acabar ficando inviável. A questão de uma unificação de alíquota surgiu com o intuito de simplificar e acabar com a guerra fiscal entre os estados

no Brasil. Se o resultado não for nessa direção, vai na direção oposta, o que acaba se caracterizando como uma mudança inútil. A reação do Ministério da Fazenda é bastante contudente. Eles são contrários à ampliação das alíquotas diferenciadas. E se tirarem dinheiro dos fundos de criação, a medida ficará comprometida. A resolução, sem a criação dos fundos, não tem eficácia. Você só pode ter a mexida nas alíquotas se você tiver os fundos de compensação."

para a Zona Franca de Manaus. Os veículos, porém, destacaram apenas frases de senadores insatisfeitos com a decisão, ou que tiveram argumentos derrotados. Armando Monteiro (PTB-PE) chegou a propor uma alíquota de 9% para a ZFM. Como não era um dos destaques em votação, a proposta foi ignorada. Nos bastidores, porém, senadores disseram que a proposta será formalizada e apresentada na votação em plenário.

DEFESA

Um dos pontos fortes da defesa da ZFM no Senado foi a nota técnica elaborada por Suframa, Sefaz e outros segmentos. O documento tentou acabar com alguns mitos sobre a Zona Franca. Um dos argumentos defendidos é o de que o Amazonas é o principal fornecedor de receitas da União no Norte do Brasil e é um dos poucos estados do país que possui superávit. Em 2012, o Estado repassou R\$ 8,95 bilhões aos cofres Federais e recebeu de volta R\$ 2,3 bilhões. A nota técnica também "atacou" o Sudeste do país, mostrando que no ano passado, São Paulo recebeu R\$ 81 bilhões dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), enquanto o Amapá ficou com apenas 374 milhões, evidenciando as diferenças entre as regiões do país.

Sony fabricará console no PIM

Foi o que disse ontem em seu site, o jornal Valor Econômico, lembrando que a empresa já fabrica aqui outros eletroeletrônicos

Depois de anos de expectativas, a Sony anunciou ontem que vai fabricar no Brasil o console de videogame PlayStation 3, segundo informações publicada no site do jornal Valor Econômico. A produção, diz este jornal, será feita na unidade da companhia na Zona Franca de Manaus (ZFM), onde já são feitos produtos como TVs e aparelhos de som. Será a primeira unidade de fabricação do console fora da China e do Japão.

O jornalista Gustavo Brigatto, que escreveu a matéria, diz que com a produção local, o preço do PlayStation 3 terá uma redução de 30%, passando R\$ 1.599, para R\$ 1.099. Os equipamentos feitos no Brasil chegarão às lojas nos próximos dias. A companhia não revela quanto foi investido na iniciativa.

Em outubro do ano passado a Sony apresentou um projeto de US\$ 50 milhões para a produ-

Faturamento

As vendas de jogos e consoles no Brasil atingiram R\$ 1,65 bilhão em 2012, um crescimento de 60% na comparação com 2011. A expansão mais acelerada veio da área de jogos, cujas vendas aumentaram 72% e somaram R\$ 650 milhões.

ção de videogames no Polo Industrial de Manaus (PIM). Na época, não foi especificado qual modelo seria produzido no país. A Sony tem em sua linha de produtos três consoles: o PlayStation 3 e os portáteis PSP e PS Vita. De acordo com Jack Tretton, executivo-chefe da Sony Computer Association Americas (SCEA), unidade da companhia que responde pelos negócios de PlayStation no continente, a



Sony terá fábrica no Polo Industrial de Manaus, onde fabricará o console de videogame PlayStation 3.

ideia é trazer para o Brasil a produção de todos os consoles, mas ainda não há nenhum plano para isso.

Segundo o executivo, a produção local do PlayStation 3 injetará US\$ 300 milhões na economia brasileira nos próximos 12 meses entre investimentos diretos da Sony, de seus parceiros e da venda de jogos e consoles. "No ano passado as vendas do PlayStation 3 no Brasil cresceram 168%. Esperamos que com a fabricação local possamos manter uma expansão de 120% por alguns anos", disse ao Valor.

A estimativa é que o console tenha vendido cerca de 300 mil unidades no país no ano passado. Segundo o executivo, a fábrica de Manaus atenderá à demanda do Brasil e, eventualmente, poderá também abastecer outros países da América do Sul. "O Brasil é o mercado mais importante da região e pode ser um dos mais importantes do mundo para a Sony já que em mercados maduros as vendas de videogames estão estagnadas", disse. O início da fabricação local será o tema de uma campanha de marketing de R\$ 10 milhões para promover o PlayStation no Brasil.

Manaus, quinta-feira, 9 de maio de 2013.

Resolução 13 sem consenso no Confaz

Secretários de Estado da Fazenda divergem sobre ICMS dos importados

BRASÍLIA (AE) - O secretário de Fazenda do Ceará, Mauro Benevides Filho, disse ontem que não houve consenso na reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) em relação à Resolução 13, que acabou com a chamada guerra dos portos. Segundo ele, Norte, Nordeste e Centro-Oeste não concordaram com a proposta apresentada pelo Sul e Sudeste para calcular a ali-

quota interestadual do ICMS sobre os produtos importados que chegam aos portos brasileiros.

Por causa disso, Benevides informou que se comprometeu a trazer uma nova proposta na quarta-feira, 15, quando haverá uma nova reunião do Confaz. Por outro lado, a União e o Estado de São Paulo também se comprometeram a apresentar na próxima reunião proposta para convalidar

Favorável

Mauro Benevides afirmou que o Ceará é favorável à retirada do setor de comércio e serviços da alíquota diferenciada de ICMS aprovada na terça-feira, 07, pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE).



Mauro Benevides se comprometeu a apresentar nova proposta dia 15

os incentivos fiscais concedidos pelos Estados até hoje. Esta é uma exigência dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste para apoiar a reforma do ICMS que tramita no Congresso Nacional.

Benevides disse que também voltou a solicitar ao governo que a criação dos fundos de compensação e de desenvolvimento regional seja por meio de lei complementar. Outra reivindicação é que o fundo de desenvolvimento regional tenha mais recursos do Orçamento e menos participação de recursos financeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo o secretário, foi solicitado que se tire do texto a restrição para que os recursos do fundo de desenvolvimento regional sejam usados apenas para investimentos.

Manaus, quinta-feira, 9 de maio de 2013.

Gás para mais 30 no PIM

Até junho de 2014, rede de distribuição de gás natural da Cigás chegará a trinta fábricas do Polo Industrial de Manaus

A Companhia de Gás do Amazonas (Cigás) vai dar a largada para uma nova fase de expansão da rede de distribuição de gás natural (GN) para atender a 30 empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM). Cerca de 28 quilômetros de novas tubulações serão construídos partindo do ramal do Mauá, na avenida Solimões, no bairro do Mauazinho, Zona Leste, para atendimento das fábricas até junho de 2014.

O setor industrial é a principal prioridade dentro do plano estratégico de expansão da Cigás para os próximos cinco anos. Com investimentos anuais em torno de R\$ 40 milhões, a meta é pelo menos dobrar o volume distribuído e se tornar a quarta maior companhia de gás em volume de vendas no País. "Estamos buscando consolidar nossa presença no setor industrial. Para o varejo, por exemplo, o gás não é viável porque exige um investimento alto e o retorno é baixo. Sem contar que nem para as próprias lojas é uma vantagem", frisou o presidente da Cigás, Lino Chixaro.

No setor energético da capital,



Novos clientes
Em 2012, a ampliação da rede beneficiou sete novos clientes, entre fábricas de bebidas e eletroeletrônico. No mesmo período, a Cigás também ampliou a base de fornecimento do Gás Natural Veicular (GNV) para um novo posto de combustível na avenida Torquato Tapajós, um novo shopping center na Ponta Negra, zona oeste de Manaus, e uma empresa de Gás Natural Comprimido (GNC).

a Companhia tem presença forte e alcança 60% do mercado de geração de eletricidade, fornecendo 2,8 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia para abastecer sete usinas térmicas. Aplicado na mudança da matriz energética, o gás natural é um combustível mais econômico, com redução de custos de 40%, em média.

A tabela de preços do GN para a indústria foi estabelecida em janeiro de 2010 e varia conforme a



O setor industrial de Manaus é a principal prioridade dentro do plano estratégico de investimentos da Cigás

faixa de consumo. O preço do metro cúbico vai de R\$ 1,24 a R\$ 1,74, já incluindo impostos. A tarifa do GNV é de R\$ 1,24, somando os impostos, com pagamento a vista.

Dez empresas do PIM são atendidas, com fornecimento diário de 80 mil metros cúbicos de gás. Nos últimos meses, sete empresas selaram acordo para integrar a rede de consumidores. A prospecção de novas empresas segue o traçado dos dutos da Cigás. "O gás é um insumo bem mais barato em relação aos outros combustíveis fósseis, além do apelo ambiental. Em um polo industrial, é importante porque reduz custos e ajuda a aumentar a competitividade das empresas", pontuou o presidente da Cigás, ressaltando que para levar o produto às empresas, a Cigás arca com todos os custos do investimento.

A rede de tubulações do gasoduto é de 48 quilômetros e compreende as avenidas Torquato Tapajós, Constantino Nery, Coronel Teixeira, Jacira Reis, além da BR-174 e da AM-010. A comercialização anual alcançou ano passado um volume médio de 2,8 milhões de m³/dia.

PROTECIONISMO

Pimentel rebate críticas ao Brasil

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, rebateu as críticas dos países desenvolvidos, que chamam o Brasil de

protecionista. Segundo o ministro, esse tipo de atitude de parceiros comerciais como os Estados Unidos, a União Europeia, a Coreia do Sul e o Japão não passa de uma manobra para que eles possam entrar em outros mercados, inclusive o brasileiro. “As críticas ao Brasil são imprecedentes. O Brasil nunca foi condenado na OMC (Organização Mundial do Comércio) e é um dos países que mais seguem as normas internacionais de comércio. O protecionismo é um conceito que é utilizado pelos

países desenvolvidos quando eles querem entrar nos mercados de outros países. Nós sabemos desse jogo e isso não nos atemoriza”, disse Pimentel, após participar de um almoço oferecido pela presidente Dilma Rousseff no Itamaraty ao presidente do Egito, Mohamed Morsi. Ele acrescentou que a ida do embaixador brasileiro Roberto Azevêdo para a diretoria geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) não mudará a política comercial brasileira que, assegurou, não é protecionista.

Claro & Escuro

LIÇÃO

Sem pacto federativo

Da pressão sobre a Zona Franca de Manaus no Senado fica uma lição: São Paulo não comunga com o pacto federativo e nem com o modelo de inclusão regional de desenvolvimento econômico para o País. Os líderes políticos paulistas querem concentrar tudo no Sul e Sudeste.

ADVERTÊNCIA

Dependência política

A manutenção da alíquota de 12% do ICMS ao Amazonas também deixou uma advertência: o Estado não pode mais depender de uma única plataforma econômica, que está diretamente ligada a decisões políticas.

NOTÍCIAS

Sem convencimento

Sobre o apoio da presidente Dilma, o deputado federal

terão prazo até 30 de junho para atualizar os dados financeiros no sistema eletrônico do Tribunal de Contas do Estado (TCE). A concessão foi feita pelo próprio TCE após queixas dos prefeitos.

SEM INFORMAÇÃO

Contas zeradas

É que sem dados da gestão passada, o sistema não registra informações atuais. A solução será zerar as prestações de contas dos antecessores para garantir o registro dos novos prefeitos.

CUSTOS

Sem adaptação

Projetos que criam custos e outros inconstitucionais são apresentados diariamente às comissões técnicas da Câmara Municipal. Muitos vereadores ainda não aprenderam sobre métodos

CAPA



Thomaz Nogueira investe em dinâmica

**ZFM mudou após Suframa ser capitaneada
por ele**

Pág.5

Fala Sério

Arthur e Omar

A sintonia é cada vez mais fina entre Arthur e Omar, na construção de uma parceria que está dando muito certo e reserva grandes benefícios para o interesse público. A defesa vitoriosa da Zona Franca nesta terça-feira foi apenas uma prova disso. Chamados pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para sentar à mesa da discussão e condução dos trabalhos, a dupla foi a grande vencedora da manhã.



Carisma e prestígio

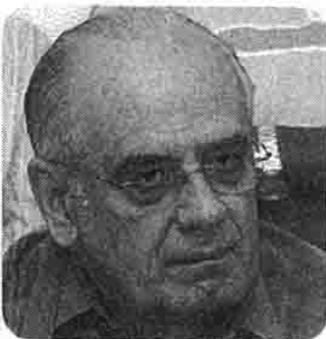
O governador havia estado na última audiência pública do assunto e deu um show de bola, comunicação e domínio do tema, mesmo sem ser especialista na matéria fiscal. Omar é engenheiro. Na terça, atrás dele estava toda a bancada, e ao lado, um dos políticos mais respeitados do país, Arthur Neto.

União de todos

Foi brilhante, por sua vez, o desempenho do senador Eduardo Braga, da senadora Vanessa Grazziottin e a manobra de Alfredo Nascimento, em afastar seu titular – que votaria com a bancada de Brasília - e ocupar sua vaga para conferir o voto ao Amazonas. Essa união de todos deve ser debitada ao carisma e liderança do Ganso, o governador Omar.

Mestre Sarafa

Em seu blog, o economista e ex-prefeito de Manaus, Serafim Correa, foi elogioso e crítico ao mesmo tempo. Mostrou didaticamente as vantagens e avanços da medida, os riscos da votação e os prejuízos ao comércio ou ao consumidor, se for mantida a alíquota de 4% para as relações de compra e venda com São Paulo.



Fala Sério (continuação)

Maskate na Câmara

Os vereadores de Manaus que tiveram seus nomes colocados em um manifesto de repúdio contra a publicação no Maskate, em notícias que associam os vereadores Reizo Castelo Branco e Hiram Nicolau a consumo e flagrante de drogas, um atentado provocado por hackers contra este jornal. Nosso diretor Miguel Mourão, esteve pessoalmente na Casa, sendo recebido pelo presidente Bosco Saraiva.

Intriga inútil

Os criminosos virtuais, em nome de interesses escusos, certamente denunciados pelo Inimigo do Rei, quiseram atingir aliados do governador com quem a direção do jornal mantém um relacionamento antigo, respeitoso e afetuoso, independente da conjuntura política. Com Bosco Saraiva a amizade também.



NINGUÉM MERECE!

- Neste momento de união para defender os interesses da tribo, é inaceitável que falsos jornalistas e arautos da ciberviolência se dediquem a atacar um veículo que é, decididamente, comprometido com o interesse coletivo.
- Quem quiser especular sobre a autoria do atentado basta repassar as últimas denúncias deste vespertino contra ações marotas que põem em risco o bem comum.
- É importante sublinhar que as Polícias Federal e Civil, para onde foi levada a solicitação de apuração do atentado, terá em poucos dias as pistas da autoria do crime.
- Cabe, por fim, registrar publicamente nosso lamento com as sequelas do atentado em cima da reputação dos dois parlamentares, que seguirão contando com a acolhida e o apoio deste periódico.

Dilma fica acuada com apoio a Zona Franca

↳ Reforma do ICMS pode ficar para depois de 2014

Quem prestou atenção no posicionamento de Romero Jucá e Blairo Maggi, dois cães de guarda da vontade política da presidente Dilma, percebeu o peso do Planalto nas votações do Congresso Nacional. O estrago, porém, foi maior do que o previsto. Em clima de campanha eleitoral, Dilma pode desistir de reforma no ICMS e deixar tudo dantes como no quartel de Abrantes. A derrota para Sul e Sudeste na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que derrotou a medida Suplicy e favorece o alcance de alíquota para a Zona Franca de Manaus, do ponto de vista eleitoral, desagradou Dona Dilma. Por outro lado, qualquer outra medida pode indispor o governo com Norte, Nordeste e Centro-Oeste, vitais para a reeleição da presidente. Por isso, o melhor é deixar o imbróglio pra depois das eleições de 2014.



Avaliação criteriosa

Logo depois da aprovação, Dilma se reuniu com o ministro Guido Mantega (Fazenda) e o seu secretário-executivo, Nelson Barbosa, para analisar o resultado. Depois, Barbosa deu entrevista em que sinalizou que o Planalto pode enterrar a proposta que o próprio go-

verno encaminhou e vinha apostando como grande reforma tributária na área do ICMS. O secretário disse que o governo vai avaliar "se vale a pena prosseguir [com a votação]". "Essa é uma ampliação muito além da que tínhamos concordado", afirmou.

Dilma fica acuada com apoio a Zona Franca (continuação)

Refazendo as contas... eleitorais



Em outras palavras, a vitória parcial da ZFM, aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, representou uma derrota para as regiões Sul e Sudeste e, por isso, desagradou o governo Dilma, que já avalia retirar o apoio à proposta de sua própria autoria. A presidente pediu à sua equipe que refaça as contas do valor que a União terá de bancar com as mudanças para tomar uma decisão final. A tendência, segundo matéria da Folha, é o governo desistir da proposta caso não consiga um acordo para derrubar, no plenário do Senado, as modificações feitas ontem na comissão, incluindo a que ampliou o alcance da alíquota de 7% de ICMS interestadual sobre os produtos que deixam as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo para serem vendidos no resto do país.



Para compensar as perdas que Estados teriam com as mudanças no ICMS, o governo se comprometeu a criar um fundo de compensação. Os cálculos iniciais, antes das mudanças dos senadores, estimavam o valor total deste fundo em R\$ 450 bilhões. Sem o fundo bancado pela União, a reforma do ICMS fica inviabilizada. Outro temor do governo são os efeitos políticos negativos da proposta, que entraria em vigor no ano eleitoral.

Pressão paulista



A preocupação política ganhou peso maior depois de Dilma receber, na semana passada, o governador Geraldo Alckmin (PSDB), que alertou sobre o custo elevado que a reforma impõe a São Paulo. Por outro lado, o Planalto teme se indispor com as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, consideradas vitais para a reeleição de Dilma. É importante anotar que, depois de retomar a prefeitura de São Paulo, já governada por Luiza Erundina e Marta Suplicy, o PT pretende agora buscar os mecanismos para tirar o governo paulista dos Tucanos, no comando do Estado, que é mais de 40% da economia nacional desde 1994.

Desvantagem de Sul e Sudeste

O governo havia concordado em fixar o percentual de 7% nessas regiões apenas para produtos industrializados e agropecuários, mas uma emenda aprovada ampliou o benefício para comércio e serviços, que originalmente ficariam com alíquota de 4%. A modificação deixa em desvantagem as regiões Sul e Sudeste, que terão alíquota de 4%. O governo tentará reverter essa alteração para dar brevidade ao projeto. Em minoria na comissão, os Estados do Sul e do Sudeste também foram derrotados na votação sobre a alíquota de 12% para a Zona Franca de Manaus e outras áreas de livre comércio na região Norte. Queriam reduzi-la para ao menos 7%, para diminuir a vantagem dessas áreas para atrair indústrias. Perderam ainda na votação que fixou em 12% o ICMS interestadual do gás importado.



Maués adere à proposta de Nicolau

Maués (a 276 Km de Manaus) será o primeiro município amazonense a uniformizar o atendimento a pacientes com Síndrome Coronariana Aguda (SCA), aderindo à proposta do deputado estadual Ricardo Nicolau (PSD). A medida ocorrerá nos próximos 30 dias após a implantação de um protocolo clínico enviado pelo parlamentar a todo o Estado.

A SCA trata-se de uma série de doenças causadas pela redução do fluxo sanguíneo para o músculo cardíaco, como o infarto. Autorizado

pelo Ministério da Saúde. O protocolo sugerido por Ricardo Nicolau foi elaborado por entidades renomadas e é utilizado em hospitais como o Sírio-Libanês e Albert Einstein, ambos em São Paulo. “Estamos contentes por Maués encampar nossa proposta. O protocolo é simples de ser implantado e pode salvar vidas com a medicação e a dinâmica dos hospitais de referência”, comemora o deputado, que preside a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM).

Maués adere à proposta de Nicolau (continuação)

Vereadores se unem em prol da ZFM

A decisão em torno da proposta para a permanência da alíquota diferenciada de 12% sobre o Imposto de Circulação de Mercadoria e prestação Serviço (ICMS) para o Amazonas, votada nesta terça-feira (07) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, foi o assunto central debatido entre os vereadores, na Câmara Municipal de Manaus (CMM), durante a Sessão Plenária desta terça-feira (7).

Preocupados com o re-

sultado da decisão em relação às 14 emendas-destaques oferecidas para o relatório do senador Delcídio Amaral (PT-MS) ao Projeto de Resolução do Senado nº 1/2013, que cuida da reforma do ICMS interestadual, os vereadores deixaram de lado as questões partidárias e se uniram num ato solidário em apoio aos interesses do Estado. O que se viu nesta terça-feira foram discursos solidários aos representantes do Amazonas que defendem o modelo econômico em Brasília.

Esforços conjuntos

O tema foi trazido à discussão no Plenário pelo vereador Elias Emanuel (PSB) que destacou o esforço e união entre os líderes políticos do Amazonas, governador Omar Aziz (PSD); o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto (PSDB), os senadores Eduardo Braga (PMDB), Vanessa Grazziotin (PC do B) e Alfredo Nascimento (PR), além dos deputados federais e estaduais, os quais, segundo ele, não mediram esforços para defender o incentivo fiscal ao modelo Zona Franca de Manaus (ZFM). “Os políticos esqueceram suas bandeiras de luta e se uniram em prol da ZFM”, ressaltou Elias Emanuel, observando que o modelo econômico representa 98% da economia no Estado.

Na mesma linha, o vere-

ador Álvaro Campelo (PP) reforçou que a união das lideranças políticas do Amazonas na defesa da ZFM “é vital para que o futuro de Manaus seja perpetuado”, completou. Da mesma forma Luiz Alberto Carijó (PDT) também repercutiu o assunto dizendo que sem a ZFM não há economia no Estado. “O fim do modelo seria um caos para o Amazonas”, disse o parlamentar, afirmando que há mais de 40 anos o Amazonas não tem uma economia própria. “Será que termos que ficar eternamente implorando o benefício do Governo Federal?”, questionou Carijó, ressaltando a luta dos líderes políticos em defesa do modelo. Ele disse que o Amazonas precisa buscar outras alternativas econômicas.

Manaus, quinta-feira, 9 de maio de 2013.

Thomas Nogueira dinamiza ZFM

↳ *Parceria com entidades de empresários e trabalhadores é o segredo!*

Afinado com o governador Omar Aziz e considerado pelos profissionais da área como um dos mais competentes tributaristas do país, o superintendente da Suframa pilotou, sem alarde, dia e noite, a equipe que deu respaldo ao governador Omar Aziz na coordenação da defesa da Zona Franca de Manaus (ZFM), pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi comemorada por economistas e lideranças ligadas ao empresariado industrial do Estado. O líder empresarial Antônio Silva, da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, destacou a união de todos e o papel de Thomaz na coordenação discreta e competente na consolidação dos argumentos. "Com essa proatividade e sintonia fica mais fácil trabalhar, diversificar caminhos e dinamizar o modelo".



Coro afiado e afinado

Foi vibrante assistir o desempenho de Eduardo Braga e Vanessa Graziottin, repercutindo os argumentos técnicos dos estudos elaborados pela Suframa, Governo do Estado e Entidades de Classe. Mesmo discretamente, Alfredo Nascimento usou os argumentos da ZFM para convencer o voto de Blairo Maggi. Os senadores do Amazonas foram enfáticos na defesa do modelo, permitindo ao país conhecer alguns dos indicadores do acerto econômico, social e ambiental que o modelo ZFM representa e conquistou. Na retaguarda da

mobilização, tendo à frente o governador Omar Aziz, o prefeito Artur Neto, os senadores Eduardo Braga e Vanessa Graziottin, seguidos de outros parlamentares, como o senador Alfredo Nascimento, alguns deputados e lideranças empresariais e de trabalhadores, foi decisiva a visita aos gabinetes para apresentar aos membros da Comissão a importância de manter as vantagens comparativas da Zona Franca do Brasil, como é chamada no documento que foi distribuído, redigido sob a batuta do superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira.

Proteção da floresta

O documento cumpriu o papel de esclarecer equívocos, deliberadamente disseminados para confundir a opinião pública nacional. E principalmente destacar os acertos do modelo ZFM e enfatizar a economia regional como o grande instrumento geopolítico de proteção do patrimônio amazônico. "A verdadeira função Do Polo Industrial de Manaus-PIM é

a de um catalisador econômico que de um lado alivia a pressão sobre a floresta amazônica e por outro lado é capaz de canalizar recursos financeiros para a educação e desenvolvimento de C, T & I que por sua vez impulsionam o desenvolvimento de tecnologias e inovações de processos econômicos sustentáveis ao longo prazo"

Thomas Nogueira dinamiza ZFM (continuação)

O prumo e o plano

Na opinião de Wilson Périco, presidente do Centro da Indústria, CIEAM, a conquista é parcial mas toma o ambiente de investimentos mais sereno e dinâmico. Fica mais fácil atrair novas fábricas para diversificar o polo industrial do Amazonas, mesmo que ainda tudo dependa de aprovação no Senado. É favorável o clima para os empresários, porque dependemos da segurança jurídica para trabalhar. E o papel da Suframa, neste momento, com Thomaz Nogueira à frente, interagindo com trabalhadores, técnicos e empresários, ajuda a manter o prumo e o plano de voo.



Desfazendo intrigas e difamação

De acordo com o documento, "A Zona Franca de Manaus, Mitos e Verdades", os questionamentos sobre o papel e a validade da Zona Franca de Manaus sinalizam muito desconhecimento deste projeto nacional de desenvolvimento. Os estudos encomendados ao Senado pela bancada de São Paulo, além do desconhecimento, buscaram mostrar à sociedade brasileira uma face distorcida da dinâmica e da relevância deste modelo, seus avanços econômicos, sociais e ambientais. É inteligente, a propósito, questionar o efetivo interesse destes opositores em conhecer objetivamente nossa realidade. É claro que temos dificuldades, inclusive de avançar no dever de casa, assegurando uma agenda e um cronograma de redução crescente dos incentivos fiscais. E aqui reside, inclusive, a necessidade de elucidar a desinformação reinante, desfazer equívocos e deixar delimitada a partilha de responsabilidades.

Madrugadas fecundas



O Superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, comemorou a votação. Tendo avançado pela madrugada seguidamente nos últimos dias, para consolidar e dar formato às contribuições da Sefaz, entidades e colaboradores, foi um dos maiores entusiastas na comemoração. "As colocações favoráveis mostram que os senadores compreenderam o quanto a ZFM é estratégica para o Brasil". Nogueira disse ainda que o maior trabalho agora será convencer os senadores que votaram contra a manutenção dos 12% da importância do modelo ZFM.

Desemprego atinge 73,4 milhões de jovens no mundo

⌚ Segundo pesquisa, 12,6% dos jovens estão sem trabalho. Crise é maior na Europa; no Brasil, desemprego nesta faixa



Cerca de 73,4 milhões de jovens entre 15 e 29 anos estão desempregados no mundo, diz estudo divulgado nesta quarta-feira (8) pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O número representa 12,6% da população desta faixa etária. De acordo com o estudo, o desemprego entre jovens aumenta a cada ano. O número para

2013 é 3,5 milhões maior em relação a 2007, quando 11,7% dos jovens estavam desempregados), e está perto dos níveis alcançados no pior momento da crise econômica, em 2009. No Brasil, no entanto, o índice de jovens desempregados vem diminuindo.

Segundo o relatório da OIT, chamado “Tendência mundiais

do emprego juvenil 2013 – Uma geração em perigo”, o mundo tem hoje, entre jovens e adultos, 201,5 milhões de desempregados, sendo os 73,4 milhões de jovens e mais 128 milhões de adultos acima de 29 anos sem trabalho, o que representa 4,6% do total da população adulta economicamente ativa.

Desemprego atinge 73,4 milhões de jovens no mundo (continuação)

Desemprego cai no Brasil



de 22,6% em 2002 para 13,7% em 2012.

O desempenho do Brasil contrasta com o de países da Europa. No Reino Unido, o desemprego que era de 11,9% em 2002, passou para 21,3% dos jovens em 2012. Na França, o índice saltou de 18,3% em 2002 para 22,9% em 2012. Os maiores índices de desemprego entre jovens na Europa estão na Itália (34,4%), Portugal (38,7%), Espanha (52,2%) e Grécia (54,2%). Nos Estados Unidos, o desemprego atinge 16,3% dos jovens. No Canadá, 14,4%. No Japão e na Alemanha, 8,2%. No México, 9,7%. No Chile, 15,8%.

Embora o estudo mostre um aumento do desemprego entre jovens no mundo, especialmente em países de economia avançada, o Brasil apresenta resultados positivos, segundo a OIT. Nos últimos anos, o índice de jovens brasileiros desempregados foi caindo a cada ano, passando

Aumento dos 'nem-nem'

“Os empregos seguros, que eram norma para as gerações anteriores – pelo menos nas economias avançadas – são menos acessíveis para os jovens de hoje. O crescimento do trabalho temporário ou a tempo parcial, em especial desde o ponto mais alto da crise, sugere que este tipo de trabalho é frequentemente a única opção para os trabalhadores jovens” explica José Manuel Salazar-Xirinachs, subdiretor Geral de Políticas da OIT. O número atingidos pelo chamado desemprego de longo prazo também está crescendo. Em 2011, um terço dos jovens sem trabalho do países da OCDE (Organização para Cooperação e De-



senvolvimento Econômico) já estava procurando emprego há pelo menos seis meses, contra um quarto em 2008.

Outro dado negativo é aumento do número de jovens que não trabalham nem es-

tudam, os chamados “nem-nem”. Nos países da OCDE, o percentual de “nem-nem” cresceu 2,1 pontos percentuais entre 2008 e 2010, chegando a 15,8% da população entre 15 e 29 anos.